

Alguns apontamentos sobre a intervenção profissional do assistente social na área da violência urbana

José Fernando Siqueira da Silva*

Resumo

Este artigo oferece elementos para uma análise sobre a intervenção profissional dos assistentes sociais na área da violência urbana. O estudo tem como referência empírica os depoimentos de profissionais de Serviço Social e de autoridades que gerenciaram, entre os anos de 2000 e 2001, propostas de trabalho social e ações de segurança pública. Tais informantes exerceram suas atividades em três regiões significativas da cidade de São Paulo: Jardim Ângela, Capão Redondo e Santo Amaro.

Palavras-chave: Serviço Social. Violência urbana. Intervenção profissional.

Abstract

This paper proposes elements for an analysis about professional intervention of social workers in the area of urban violence. Its empirical reference is the statements of professionals of Social Service and of authorities who managed, between 2000 and 2001, proposals of social work and actions of public security. These informants practiced their activities in three important areas of the city of São Paulo: Jardim Ângela, Capão Redondo e Santo Amaro.

Key words: Social Service. Urban violence. Professional intervention.

Considerações introdutórias

O material ora apresentado é consequência direta de uma pesquisa realizada na Faculdade de Serviço Social da UNISA (Universidade Santo Amaro), espaço onde exercemos a função de docente, de pesquisador, de coordenador de estágios e de vice-diretor.¹ Desde os nossos estudos iniciais no doutorado (defendido em 1998)² havia um grande interesse de investigar a intervenção profissional dos assistentes sociais na área da violência urbana. O capital cultural acumulado através do estudo e do exercício profissional como assistente social, criou as condições para a elaboração de um projeto de pesquisa intitulado *Violência urbana e Serviço Social: possibilidades e limites para a intervenção do assistente social*, pesquisa esta realizada nos anos de 2000 e 2001. Este estudo contou com o apoio da Faculdade de Serviço Social e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da UNISA, ainda que, nos últimos seis meses de 2001, os cortes financeiros e a consequente perda dos alunos de iniciação científica, tenham comprometido, mas não inviabilizado, a finalização do trabalho.³ Durante este período de dois anos, tornamos públicas algumas análises parciais em importantes encontros da categoria: III Encontro de

* Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

¹ Vínculo empregatício mantido entre fevereiro de 1995 e junho de 2003.

² A tese abordou as ações de extermínio na cidade de São Paulo e analisou um de seus principais executores: os “justiceiros”. Para uma melhor compreensão deste tema, consultar Silva:2001.

³ Vale salientar a importante participação das alunas, hoje profissionais, Rosilene Matias Aguiar, Patrícia Guedes Costa e Maria Aparecida Nunes, na realização da pesquisa. Aliás, diga-se de passagem, não há formação profissional consistente sem a vivência de atividades de investigação para além dos espaços da sala de aula.

Pesquisa na Área de Serviço Social da PUC-Campinas (UNICAMP/1999), VII ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – UNB/2000) e II Encuentro Internacional de Trabajo Social (La Habana/2000).

A categoria profissional dos assistentes sociais tradicionalmente tem registrado uma posição contrária a qualquer forma de violência. O Código de Ética da profissão, as orientações do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), dos Conselhos Regionais de Serviço Social, da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e as próprias diretrizes curriculares recentemente aprovadas, reafirmam a defesa da democracia, da cidadania (entendida como a efetivação dos direitos civis, direitos políticos e direitos sociais) e da equidade social, garantindo a diversidade e a pluralidade sem eliminar a importância do debate e do exercício da crítica. É fato, entretanto, que o combate à violência pressupõe, também, o acúmulo de conhecimentos sobre seus mecanismos de produção e de reprodução, aprofundamento teórico este que, em si, não significa absolutamente nada, mas pode orientar a ação profissional para que ela contribua com a interrupção do circuito da violência. Assim sendo, a recorrência à teoria não pode existir sem a necessidade da intervenção prática, ou seja, o assistente social precisa investir em seu preparo teórico-prático para estimular uma relação crítico-criadora com a realidade e com as demandas inicialmente apontadas por ela. Sem isso, segundo nossa opinião, a profissão e o profissional reforçarão a subalternidade tradicionalmente atribuída e muitas vezes incorporada e reproduzida por assistentes sociais (Yazbek, 1993), estimulando a extinção de postos de trabalho, a não criação de novos espaços para a atuação profissional ou, ainda, o simples cumprimento de tarefas rotineiras sem qualquer diálogo sério e propositivo com as demandas impostas pela sociedade de mercado.

Sendo assim, o tema proposto neste texto é de grande relevância uma vez que a violência, na sua diversidade e complexidade, perpassa interna e externamente a intervenção profissional. Trata-se, portanto, de um assunto de absoluta relevância para a formação do assistente social.

A pesquisa

Compor uma metodologia de pesquisa supõe, inicialmente, estabelecer “um método de estudo, ou seja, uma trajetória teórica que deverá auxiliar na compreensão do movimento de um objeto de estudo situado concreta e materialmente na realidade [...]” (Silva, 2000, p. 274).

Todo e qualquer método nega a casualidade já que trabalha com um certo nível de ordenação e de sistematização de informações, processo este apoiado pelo pensamento que reconstrói categorias de análise. A categoria não pode ser entendida como uma construção meramente teórica, promovida pela mente humana e sistematizada em “títulos conceituais”; ela é uma reconstrução de elementos que fazem parte da estrutura do real e exprime “formas de vida, determinações de existência [...]” (Marx, apud Fernandes, 1989, p. 415).

Assim sendo, esta pesquisa parte do pressuposto de que a adoção de uma metodologia significa, tão somente, fazer a opção por um caminho capaz de orientar teoricamente o estudo. Esta opção metodológica, entretanto, não pode “amarrar” o processo investigativo. Ainda que o pesquisador não careça de um conjunto excessivo de regras que acabe por comprometer a sua criatividade e a sua desenvoltura, não deve, por outro lado, abdicar de orientações gerais que permitam auxiliá-lo na sistematização dos dados e na análise dos mesmos, impedindo o caminho fácil da síntese eclética.

É preciso salientar, também, a importância do *corpo técnico-instrumental* da pesquisa. Ele, por outro lado, não revela, por si, a trama e a dinâmica do objeto; auxilia, sim, na coleta dos dados empíricos oferecendo informações embrutecidas, em estado inicial, que serão manipuladas de acordo com a opção teórica do autor e o objeto de estudo delimitado. É claro, ainda, que toda investigação conta com um *conjunto de estratégias* que facilitam a aproximação do pesquisador com suas fontes, bem como o ajudam no gerenciamento de possíveis obstáculos prejudiciais à aquisição das informações empíricas. Todo este processo está situado em um *determinado momento histórico*, sendo mediado por uma correlação de forças que expressa interesses de classe antagônicos. É sobre este terreno que é elaborado e consolidado o que normalmente é chamado de metodologia da pesquisa.

O objeto de estudo desta investigação é composto pelas *representações sociais elaboradas e emitidas por sujeitos significativos formadores de opinião e gerenciadores de propostas sociais e de ações na área de segurança pública na região sul da cidade de São Paulo, considerando a violência urbana e a intervenção profissional do assistente social nesta área. Todos eles representavam, na época (2000/2001), órgãos e/ou organizações estratégicas na região*. Considerando que a localidade delimitada é geograficamente extensa e densamente populosa, priorizou-se, para a escolha dos sujeitos da pesquisa, um universo representativo que pudesse eleger profissionais e autoridades situados nos distritos de Santo Amaro (que concentra o Poder Judiciário da região e um posto avançado da FEBEM), Capão Redondo (com forte presença da Polícia Militar) e Jardim Ângela (pioneira em propostas sociais que lidam diretamente com a violência urbana). Como lembra Maria Isaura Pereira de Queiroz, a “qualidade do material obtido depende da qualidade do informante escolhido, em função do que se pretende desvendar. Esta circunstância postula a existência de um conhecimento prévio do informante, por parte do pesquisador; quanto mais conhecido aquele, mais seguro estará o pesquisador de que obterá um relato interessante apropriado ao que está buscando; quanto menos conhecido, maior o peso do acaso ou da contingência, isto é, da possibilidade tanto de se obter quanto de não se obter as informações requeridas [...]” (Queiroz, 1991, p. 75).

Neste sentido, após um período de sensibilização e de esclarecimentos sobre a pesquisa, foram escolhidos os seguintes informantes significativos:

- 01 capitão da Polícia Militar de São Paulo, comandante da região do Capão Redondo;
- 01 delegado de polícia do Distrito Policial do Capão Redondo. Esta unidade policial é absolutamente estratégica no atendimento do próprio Capão Redondo e também do Jardim Ângela;
- 01 padre coordenador de projetos sociais no Jardim Ângela;
- 01 assistente social que trabalha nos projetos sociais do Jardim Ângela;
- 01 pedagoga e diretora de escola no Jardim Ângela;
- 02 juizes pertencentes ao Fórum de Santo Amaro (órgão do Poder Judiciário que atende grande parte da região sul da cidade de São Paulo);
- 02 promotoras pertencentes à mesma unidade judiciária;
- 01 assistente social responsável pela coordenação da equipe social da referida unidade judiciária.
- 01 assistente social e coordenador do Posto Sul da Febem, situado em Santo Amaro, órgão que atende grande parte da região sul da cidade de São Paulo.

Dois temas compuseram o eixo de análise destas representações sociais: *a violência urbana e a intervenção profissional dos assistentes sociais neste setor*. Para este artigo,

entretanto, foram priorizadas as representações sociais dos informantes sobre a violência urbana, sobre o poder local e sobre a atuação profissional do assistente social, já que o número de páginas disponíveis para a apresentação do estudo é limitado. Esta pesquisa, portanto, deve indicar *um conjunto de expectativas emitidas por setores que diariamente lidam com a segurança pública e com projetos sociais que intervêm nesta área, enfatizando traços que constituem a visão social de mundo dos informantes e das classes sociais que representam*. Toda visão social de mundo é formada por um conjunto de representações sociais elaboradas por determinados atores, tendo como base as suas características pessoais e os seus vínculos e interesses de classe (Löwy, 1988); “[...] ou seja, as representações explicitam o “olhar” de um grupo de pessoas que, nem sempre, expressa o movimento da realidade; traduzem, na verdade, o pensamento, ou seja, a forma como os fatos e acontecimentos são interpretados e apreendidos pelos diferentes atores sociais. É preciso enfatizar, portanto, que existem distorções entre a dinâmica do real e a forma como ela é traduzida pelas pessoas” (Silva, 2000, p. 275).

Considerando que o tema da violência é, em si, extremamente heterogêneo sendo produzido e reproduzido em diferentes espaços da vida social (com os quais também atua o assistente social), o pesquisador promoveu um recorte neste universo capaz de, entre outras coisas, contribuir com a delimitação do objeto e com a escolha adequada dos informantes. Valendo-se das informações empíricas e de seu grau de significância nos distritos escolhidos, enfatizou-se uma determinada forma de violência: *os homicídios dolosos na sua relação com o tráfico de drogas, tendo como atenção especial a área da infância e da juventude*.

A coleta dos dados primários foi feita através de dois instrumentos básicos: *a observação e a entrevista não estruturada com o uso da técnica da gravação (reproduzida fielmente e devolvida a seus autores para possíveis alterações)*. A técnica da gravação auxilia na fiel obtenção de informações vivas, registrando os detalhes, as emoções, as entonações e as prioridades indicadas pelo entrevistado (Queiroz, 1991).⁴

A pesquisa possui como marco teórico duas frentes básicas: referenciais que tratam da violência e orientações que abordam o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho (Iamamoto e Carvalho, 1985). Lidar com um grupo heterogêneo e até mesmo antagônico de autores é salutar, *desde que o estudo não elimine o exercício necessário da crítica capaz de apontar as possibilidades e os limites das abordagens utilizadas*. Neste sentido, foram considerados os seguintes eixos temáticos: *a compreensão da violência como um fenômeno amplo e genérico que se produz e se reproduz nas diferentes esferas da sociedade*. São referências importantes as concepções de uso da força para manter a ordem, concepção existente no pensamento de Pareto (In Rodrigues, 1984), a negação de toda e qualquer forma de violência e de sua glorificação enfatizada por Arendt (1985), os estudos sobre o poder e a violência de Foucault, 1993-1994 e a ênfase nos desejos primitivos dos homens exorcizados pela escolha de “vítimas expiatórias”, hipótese central de Girard (1999). Tais enfoques adquirem maior densidade quando analisados com apoio de uma literatura nacional que trata da organização das forças militares no Brasil (idéias tratadas, por exemplo, nas pesquisas de Sodré (1979) e de Fernandes

⁴ Os dados secundários foram adquiridos através da imprensa escrita nos Jornais “A Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo”, bem como nos arquivos da Biblioteca John Kennedy situada em Santo Amaro. Considerando a unidade necessária entre os estudos qualitativos e quantitativos, foram utilizados os dados públicos e oficiais de homicídios dolosos quantificados pelo PRO-AIM (Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo). As informações jornalísticas e as mortes dolosas retrataram um período que priorizou os anos de 1998 e 1999 (época em que a coleta de dados foi efetuada). Neste artigo, entretanto, a ênfase está nas informações primárias.

(1974) e produções clássicas que abordam o poder e o mandonismo local na sociedade brasileira, (tema abordado por Faoro (1995), Queiroz (1957) e Franco (1974)).⁵ Existem, ainda, as contribuições de Marx & Engels (In Netto, 1981), Sorel (1992), Fanon (1979) e da chamada “nova esquerda”. Todas essas contribuições não foram diretamente incorporadas (embora sejam importantes como referência literária), uma vez que lidam com um outro tipo de violência: a revolucionária. Quanto ao Serviço Social, existe uma sólida e consistente produção inspirada na tradição de Marx. Ainda que tais produções não lidem com a relação entre o trabalho desenvolvido pelo assistente social e a violência produzida e reproduzida nos espaços urbanos, elas indicam pistas cruciais para a análise do Serviço Social no mundo contemporâneo e a inserção do assistente social no mercado de trabalho. Importantes contribuições foram e continuam a ser formuladas, por exemplo, por Yamamoto (2000, 1994 e 1985), Netto (1992 e 1991), Martinelli (1993), Yazbek (1993), Sposati (1989), entre outros. É preciso registrar, também, as propostas construídas no âmbito da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), especialmente aquelas relacionadas com a formação profissional e com a consolidação das mais recentes orientações curriculares.

O exercício investigativo, portanto, quando vivenciado adequadamente, permite que a razão humana reconstrua a dinâmica de um determinado objeto de estudo historicamente datado e com uma existência concreta na realidade (ainda que essa reconstrução não seja, jamais, exata), permitindo que o pesquisador se eleve do abstrato ao concreto, do imediato ao mediato. Para tanto, o investigador deve apropriar-se criticamente de um aporte teórico e metodológico – um capital cultural acumulado – essencial, mas, em si, insuficiente para explicar as múltiplas mediações que fazem parte do universo estudado. Neste cenário só existe uma certeza: a de que o conhecimento humano é permanente e contínuo e que os homens não são sujeitos absolutos da história.

A análise dos dados

Analisaremos, a seguir, as informações emitidas pelos informantes sobre três pontos centrais: a violência urbana, o poder local e as expectativas sobre o exercício profissional do assistente social.⁶

Uma primeira informação relevante é a de que os informantes tiveram dificuldades para conceituar, com maior precisão, a violência urbana. Todos, de alguma forma, abordam a questão e oferecem pistas para sua adequada explicação, mas não a objetivam claramente. Isto, até um certo ponto, é compreensível visto que se trata de um assunto complexo, heterogêneo e de difícil precisão. Juntam-se a isto os preconceitos e o peso do tema na atual sociedade brasileira. Vejamos alguns trechos de depoimentos:

[...] Nós sabemos que existem vários tipos de violência. Então para mim a violência está no contexto todo. Por isso, por exemplo, no nosso trabalho,

⁵ São também significativas contribuições mais específicas como as de Adorno e Cardia (1999), de Pinheiro (1994 e 1998) e de Zaluar (1983), que oferecem pistas para a análise do crime organizado e do mercado criminoso.

⁶ As respostas dos informantes não trataram, apenas, desses temas. Foram oferecidas informações sobre a segurança pública, sobre os trabalhos sociais desenvolvidos no universo selecionado e sobre a legislação em vigor (particularmente o Estatuto da Criança e do Adolescente). Estes temas não serão, agora, diretamente trabalhados.

procuramos fazê-lo junto com a família e com a comunidade, porque a violência para mim está em todo lugar. Depende da visão do outro o que é violência! A gente trabalha com isso [...] (Assistente Social 1).

[...] Violência urbana é todo ato de agredir. É quando o indivíduo perde totalmente o respeito pela vida do outro [...] (Assistente Social 3).

[...] Ao meu ver violência urbana é todo ato que de alguma forma prejudica a sociedade, ou seja, é algo amplo, qualquer crime de forma genérica [...] (Delegado).

O que significa, concretamente, violência? Genericamente ela pode ser explicada como uma ação que se produz e se reproduz através do uso da força (física ou não) que visa se contrapor e destruir a natureza de um determinado ser ou de um grupo de seres, fazendo com que o ponto de vista do violentador reine sobre o ponto de vista do violentado. A dinâmica da violência contempla, ao mesmo tempo, as esferas individual e coletiva, envolvendo pessoas, grupos e classes sócias. Ela vem sendo historicamente utilizada com objetivos diversos, desde meros desejos pessoais, passando por interesses de grupos criminosos/terroristas, chegando até a ação oficial coordenada pelo Estado (sendo ela legítima ou não).⁷ “[...] Trata-se, portanto, de uma ação que *possui uma intencionalidade – uma teleologia* – que, para se materializar, conta com *justificadores e operacionalizadores*; é, por isto, um conceito concreto, material e historicamente situado. *Manifesta-se, imediatamente, na forma de casos isolados, mas deve ser compreendida e explicada como um processo* [...]” (Silva, 2001, p. 212). É nesse sentido que Chaui (1999) afirma que toda violência age contra a liberdade, contra a vontade e contra a espontaneidade do ser violentado, uma vez que brutaliza, coage, constrange e viola sua natureza, tratando seres racionais e sensíveis como objetos a serem manipulados pela intimidação, pelo medo e pelo terror. Isso, sem dúvida, expressa uma determinada forma de poder muito embora possa não ser legitimada, em determinadas situações, pela maioria da sociedade.

Adorno e Cardia (1999, p. 67-68) lembram, com pertinência, que a violência, no caso brasileiro, sempre esteve enraizada, institucionalizada e positivamente valorizada na solução de diferenças e conflitos entre gêneros, classes sociais, etnias, diferenças envolvendo propriedade, riqueza, prestígios e privilégios. Em outras palavras, a violência sempre fez parte da composição do tecido social brasileiro, envolvendo cidadãos e instituições – escolas, família, trabalho, polícia, prisões, etc. – em uma ampla rede fortemente imbricada entre si.

Em grande parte dos depoimentos, há uma associação direta entre a violência urbana e a falta de condições básicas de vida da população. Ainda que esta aproximação seja pertinente e necessária (a ausência ou a péssima prestação dos serviços básicos já é, em si, uma forma de violência), é insuficiente centralizar a discussão apenas neste patamar. Além disso, é necessário diferenciar as situações em que o informante de fato vê na violação dos direitos fundamentais a perpetuação da violência de outros casos em que este cenário é reivindicado para individualizar a violência, atribuindo-a, simplesmente, a indivíduos mal-educados e moralmente desvirtuados. É preciso pensá-la como um processo que se produz e se reproduz desde a tomada de decisões mais amplas que afetam a sociedade em geral, até procedimentos pontuais que contribuem com a

⁷ É possível pensar, também, na violência revolucionária ou na contraviolência que possuem, segundo nossa opinião, uma dinâmica diversa da violência atualmente observada nos espaços urbanos. Neste caso os objetivos a serem atingidos são diferentes e o uso da violência está condicionado a uma outra visão social de mundo. Sobre isto consultar Vázquez (1990).

perpetuação deste complexo circuito. Seria a violência apenas um processo externo à ação dos homens? Ao contrário, ela possui, como foi dito há pouco, operacionalizadores com suas respectivas intencionalidades, mesmo que imediatamente não sejam identificados. É preciso dar visibilidade a este processo para que a violência não seja sentida como algo abstrato e generalizado, sem a adequada identificação de sua fonte geradora e de seus diferentes atores. Quando a sociedade elege determinados sujeitos como responsáveis pelo terror – ainda que esta indicação contenha elementos de verdade –, ela o faz fragmentariamente como se eles fossem os únicos responsáveis pelo mesmo (como na situação dos grandes e conhecidos bandidos do tráfico).

[...] Violência urbana é o que a gente vê em nosso dia-a-dia, os jovens drogados, a falta de respeito, a falta de vagas nas escolas, a discriminação com a Liberdade Assistida, a falta de emprego [...] é essa falta de estrutura geral [...] (Diretora de Escola).

[...] Eu entendo que a violência urbana é consequência do progresso desordenado, não planejado, que também desvaloriza o setor social [...] (Juíza de Direito).

[...] Eu vejo a violência [...] pela desigualdade, pela falta de acesso à educação e principalmente pela mulher para evitar uma gestação indesejada [...] (Promotora de Justiça 1).

[...] A violência urbana na área da infância e da juventude está centrada na falta de educação, na falta de acesso à saúde, na rede escolar inapropriada, na falta de alternativas de lazer e de esporte e nas condições familiares. Essa violência urbana que nós vemos se relaciona com a falta da estrutura da família [...] (Promotora de Justiça 2).

[...] Violência urbana? É necessária uma reflexão sobre as questões geradoras, que seriam a questão familiar, socioeconômica e o êxodo rural (principalmente nas grandes cidades) [...] (Assistente Social).

[...] Violência urbana, na minha visão, não pode ser entendida apenas como aquela violência da criminalidade, mas sim aquela violência que se manifesta através da exposição da sociedade às situações de risco como, por exemplo, a falta de moradia, a falta de condições mínimas de infraestrutura [...] (Juiz de Direito).

[...] Então a violência se relaciona com o desemprego, com a falta de condições para a educação, com a falta de moradia, com o direito dos jovens sonharem e realizarem seus sonhos [...] (Padre).

[...] Violência para mim não é só homicídio, roubo, agressão, etc. Acredito que a falta de moradia decente, a falta de transporte, a falta de uma vaga na escola e principalmente a falta de educação também é uma violência ao direito de cidadania [...] (Capitão da Polícia Militar).

Um outro aspecto que merece destaque e que interfere sensivelmente nas ações sociais realizadas nos bairros e, portanto, na atuação profissional do assistente social, é a existência do poder local. Hoje, entretanto, essa organização *não é apenas local*. Embora se manifeste imediatamente na periferia, possui relações íntimas com as regiões mais centrais da cidade, extrapolando os limites geográficos dos espaços urbanos e das fronteiras estaduais e nacionais. Trata-se, portanto, de uma ampla rede internacionalmente organizada (Zaluar, 1999, p. 94). “[...] Frequentemente o tráfico de drogas possui relações com o roubo e a recepção de cargas, o comércio e contrabando de armas e outras modalidades de crimes. Trata-se, portanto, de um negócio altamente lucrativo que encontra seus financiadores e/ou parceiros em setores do Estado (nos três poderes) e na iniciativa privada (bancos e empresas, por exemplo) [...]” (Silva, 2001, p. 211). Lidar com este cenário no desenvolvimento de propostas sociais com jovens envolvidos com o tráfico, por exemplo, é algo perigoso que supõe limites claros por parte dos profissionais envolvidos. Os entrevistados mais diretamente ligados com esta realidade revelam a existência de tais limites, ainda que tenham dificuldade de explicar, com maior profundidade, as relações estabelecidas pelo crime organizado para além dos limites locais. Aliás, desconhecer esta lógica ou pelo menos ignorá-la, já é, em si, uma das regras estabelecidas. As entrevistas revelam, também, uma outra dura realidade: a presença absolutamente inadequada do Estado na prestação de serviços públicos básicos. Na pouca presença do Estado, o crime organizado – aqui fortemente representado pelo tráfico – assume funções públicas, situação que consolida um processo absolutamente perverso de “terceirização” dos serviços sociais e da própria segurança pública.

[...] O tráfico pode ser considerado uma empresa com um mercado de trabalho, onde se tem o olheiro, que pode ser um menino de 10 a 12 anos, que tem a função de fiscalizar se vem a polícia, alguém estranho ou se vem algum concorrente [...] Tem também o aviãozinho que é aquele que entrega a droga para o cliente, tem o segurança, o gerente da boca e assim tem toda escala de trabalho dentro do crime [...] (Capitão da Polícia Militar).

[...] Existem ‘chefões’ nos diversos sentidos: no bom e no mau sentido. Acho que conhecemos bem esta realidade, mas pessoalmente eu tenho procurado evitar qualquer relacionamento com eles. É coisa pesada! É coisa controlada por poderes da região. Estes ‘chefões’ convivem com a própria polícia e com os políticos da região. Não temos estrutura psicológica para enfrentar isso [...] (Padre).

[...] O tráfico é uma firma (uma empresa). São muito mais organizados do que somos [...] São os ‘chefões’ que, quando alguém precisa de uma ambulância no bairro, por exemplo, são eles que fornecem a ambulância. São eles que dão a segurança no bairro. A população sabe que eles estão prejudicando, mas ela, ao mesmo tempo, vê que o ‘chefão’ é quem faz a polícia pública! É ele que faz tudo: faz a quadra de esportes, asfalta a rua, solta o dinheiro, dá a cesta básica e, infelizmente, é o que dá o emprego para os jovens [...] (Assistente Social 1).

O depoimento da diretora de uma unidade educacional estadual indica, com clareza, os limites que os profissionais devem respeitar para manter em funcionamento qualquer trabalho

educacional e social. Negar a existência do banditismo ou simplesmente ignorá-lo, não parece uma atitude adequada e realista. Ainda que não seja prudente estabelecer qualquer conflito mais direto com os chefões locais do tráfico, é possível manter uma relação de respeito mútuo que não reproduza a pura submissão na convivência com tais grupos. Esta relação supõe um certo nível de independência que não baseia o relacionamento estabelecido nas barganhas oferecidas pelo tráfico através de acordos mútuos e troca de favores. Nesta situação, não se perde de vista qual é o órgão que deve assumir e cumprir as funções constitucionais públicas – o Estado de Direito –, ainda que, nos momentos críticos, não se tenha claro que se possa recorrer com segurança à polícia.

[...] existe um domínio do tráfico na região. Existe um traficante que é a cabeça e que realmente emprega várias crianças e adolescentes. Sabemos de adolescentes nossos, com 13 ou 14 anos, que trabalham para o tráfico e, em troca, recebem uma bela moto, um salário por esse trabalho. Não é possível concorrer com esse mercado de trabalho [...] Trata-se de uma firma organizada onde existe gerente, vice-gerente e outras divisões para a organização interna. [...] Pelo o que eu ouço é um grande negócio. Eles pagam bem e é um negócio que faz circular muito dinheiro. Existe um envolvimento muito grande com a própria polícia, o que é muito sério. [...] Na época em que houve uma ameaça aqui para a direção da escola, eu não sabia muito com quem contar: com o traficante ou com a polícia. Um aluno foi morto aqui na porta da escola e a culpa recaiu sobre o traficante da região. [...] A imprensa começou a vir na escola e, então, eu comecei a dar algumas entrevistas. Quando o nome dele foi divulgado pela imprensa – não por mim, é claro, mas pela própria imprensa – todos acabaram sabendo quem era o traficante da região. Ele achou que eu tinha citado o nome dele e de seus comparsas e a partir daí ele começou a me ameaçar. [...] Ele tem que respeitar o nosso espaço e não aceitamos ajuda do traficante. Somos educadores. Faço de conta que não sei e que não vi, porque eu não sei muito bem a quem recorrer. Fazemos nosso trabalho dentro da escola: o de prevenção [...] (Diretora de Escola).

Considerando as representações sociais dos informantes sobre a intervenção profissional do assistente social, um primeiro aspecto relevante é que o Serviço Social aparece como uma profissão necessária e útil para o trabalho social desenvolvido na área (independentemente dos motivos apresentados para isto). Em geral, o assistente social é visto como um profissional que contribui com um atendimento mais próximo da realidade dos usuários, sendo chamado a atuar na área da assistência social com “situações sociais problemas” apresentadas por famílias e comunidades pobres. Trata-se, portanto, de um profissional socialmente necessário o que não deixa de ser extremamente relevante.

[...] Eu vejo que o Serviço Social é de extrema importância considerando o dever que o Estado tem de prestar uma assistência à comunidade carente [...] (Capitão da Polícia Militar).

[...] Acho que o trabalho do assistente social é muito importante e oferece apoio à família [...] (Promotora de Justiça 1).

[...] E admiro o trabalho delas no sentido de que muitas vezes é possível obter uma transformação adequada com as famílias. Então o Serviço Social consegue fazer uma intervenção adequada com as famílias [...] (Promotora de Justiça 2).

[...] Eu acho que o Serviço Social se aproxima melhor de nossa realidade. Ele vê mais de perto os problemas e está presente no dia-a-dia [...] (Diretora de Escola).

Se, por um lado, a profissão é socialmente necessária, caberia uma indagação: socialmente necessária para quê? Quais as principais demandas apresentadas ao Serviço Social, considerando a área estudada? O que se espera dele? Este é um aspecto muito importante. Fica evidente neste momento, nas representações sociais de parte dos informantes, o papel domesticador e tutelador do Serviço Social, ou seja, o assistente social deve atuar no controle de “situações sociais problemas”. Esta tendência é absolutamente evidente e claramente visível em áreas como a da violência urbana. Velhas demandas postas à profissão desde a sua origem, no Brasil, na década de 30, são retomadas ainda que metamorfoseadas pela racionalidade técnica e por temas da “modernidade”: o obreirismo cidadão e comunitário e o tecnicismo “interdisciplinar”. Todo esse cenário é reforçado por idéias que endossam, na ótica do discurso dominante, a subalternidade da profissão que atua “na porta de entrada” selecionando casos para que os outros profissionais possam trabalhar com maior tranquilidade. Vejamos alguns exemplos:

[...] Eu acho que o Serviço Social além de ser uma profissão tem que ser um dom, pois muitos trabalhos têm o aspecto de caridade, ou seja, existe uma preocupação com o próximo independentemente de qualquer valor financeiro. Além disso, o Serviço Social pode servir como um órgão da sociedade com o governo no sentido de localizar os problemas para que o governo possa solucioná-los. O assistente social tem que gostar de miséria. Eu tenho uma prima que fazia Serviço Social, mas parou porque é de família rica e não precisava. Eu acho que ela não agüentou (risos) [...] (Delegado).

[...] Não é fácil entrar em uma favela, entrar na casa de alguém perguntando se há comida em casa e se o convívio com o seu esposo é bom. É uma função difícil. Acho que o trabalho do assistente social é muito importante neste sentido e oferece um apoio à família. [...] Mas o profissional acaba se envolvendo demasiadamente no caso, permitindo que sua visão pessoal interfira no caso. [...] Então o assistente social precisa entender que ele atua na Vara da Infância e da Juventude [...] (Promotora de Justiça 1).

[...] São elas que recolhem instrumentos técnicos [...] Elas têm a consciência de que não são apenas assistentes sociais, mas assistentes sociais judiciárias [...] (Juíza).

[...] Nós somos a porta de entrada [...] (Assistente Social 3).

[...] Então eu entendo que o assistente social é necessário em várias repartições públicas, principalmente nas bases comunitárias. Tudo isto com o objetivo de liberar o policial ou a viatura para uma situação eminentemente policial. Assim eu considero de grande importância a assistência de assistentes sociais e até mesmo psicólogas dentro das delegacias, para intervir em casos de ordem social e assistencial e para contribuir com o andamento do trabalho da polícia [...] (Capitão da Polícia Militar).

Estes depoimentos demonstram a importância do assistente social trabalhar com competência e criticidade as demandas imediatamente impostas à categoria. Ainda que os ranços tuteladores façam parte do comportamento de muitas autoridades, cabe ao profissional, com estratégia e competência teórico-prática, lidar com a situação, esclarecendo os equívocos e oferecendo contrapropostas coerentes com o Código de Ética da profissão. Isto significa que o assistente social deve ser sujeito desse processo mesmo que não o seja de forma absoluta (e não o será jamais). A quebra dos preconceitos, dos comportamentos autoritários e da reprodução da hierarquia absoluta que impede o exercício da verdadeira interdisciplinaridade, é lenta e gradual e deve ser trabalhada constantemente pelo profissional (inclusive através do uso cuidadoso e adequado da instrumentalidade: visitas domiciliares, elaboração de relatórios, entre outros). Negar este caminho significa, necessariamente, reproduzir a subalternidade profissional e reforçar o circuito da violência que normalmente é atribuído à ação do “marginal”, mas jamais aos procedimentos do profissional. Estes, normalmente, estão camuflados por uma pseudo-racionalidade científica altamente autoritária e prepotente. Enfatizar o papel do profissional como sujeito histórico não significa, em absoluto, reforçar velhos equívocos idealistas e messiânicos que ainda marcam a profissão, atribuindo-lhe um papel que não é seu. Significa, tão somente, reivindicar a possibilidade histórica do Serviço Social contribuir, como profissão, para que mudanças mais profundas sejam desencadeadas. Negar esta possibilidade é, necessariamente, optar pela perpetuação da violência através da própria intervenção profissional (o que é muito grave).

[...] Depende muito da nossa atuação a forma como eles vão enxergar os casos encaminhados. O nosso relatório é considerado por eles [...] (Assistente Social 3).

[...] Desta forma pode-se dizer que hoje ser assistente social é mais do que simplesmente atender, fazer relatórios e encaminhamentos. É preciso tentar mudar as situações e, é claro, que isto não é o que muitos esperam. Esta nova visão depende da postura profissional e nesse sentido eu vejo que a profissão está mudando [...] (Assistente Social 2).

[...] O assistente social tem que ter uma visão muito clara do que é o Serviço Social, pois caso não a tenha bem claro do que seja o seu papel, até os próprios profissionais de outras áreas vão estar com a visão de que nós, assistentes sociais, temos que estar prontos para tudo [...] (Assistente Social 1).

[...] Temos assistentes sociais que colocam a ‘mão na massa’ (são muito dedicados à causa). Diversos deles possuem uma boa experiência e existe

uma enorme vontade de ajudar a população a se organizar, refletir e encaminhar propostas e soluções. É preciso que ajudemos a criar pessoas que sejam sujeitos de sua própria história, rompendo a submissão [...] (Padre).

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho (Iamamoto e Carvalho, 1985). O assistente social atua, necessariamente, em um espaço contraditório sendo que o profissional atende, ao mesmo tempo, as demandas impostas pelos interesses do capital e do trabalho. Entretanto, a sua opção ético-política pode reforçar um destes dois pólos. É produtivo estabelecer um diálogo crítico com a sociedade de mercado, para que seja possível propor alternativas que, pelo menos, não reproduzam meramente as indicações dominantes originalmente apresentadas. Isto não significa que o Serviço Social seja um trabalho (no sentido marxiano da palavra), entendido como a práxis mediadora entre o homem e a natureza na produção de valores de uso (categoria central no mundo burguês contemporâneo), ou ainda, como trabalho abstrato (alienado) produtor e agregador direto de valor. Trata-se, apenas, de uma profissão que ocupa uma função na divisão do trabalho social não diretamente ligada à produção de mercadorias e à valorização do capital, mas que contribui indiretamente com o processo de acumulação e com a sobrevivência do trabalhador através do gerenciamento e da prestação de serviços na esfera social. Frequentemente exerce, a partir da ótica marxiana, um trabalho improdutivo ao lidar com a chamada “questão social”. A violência urbana é uma das facetas mais perversas que se produz e se reproduz na esfera da vida social como um circuito complexo que pode ou não ser reforçado pelo próprio profissional de Serviço Social.

Considerações finais

É oportuno, por último, indicar alguns aspectos úteis e necessários ao Serviço Social para o combate à violência em sua própria ação profissional. Não são novas sugestões, mas, certamente, alternativas nem sempre consideradas pelos profissionais na esfera da vida cotidiana.

Em primeiro lugar, é preciso investir maciça e rigorosamente na formação teórico-prática do assistente social. O exercício profundo e sério da crítica propositiva somente será vivenciado através da unidade-diversa entre o saber e o fazer, ou seja, entre o estudo permanente e o carisma interventivo. Sem um projeto ético-político progressista nas suas dimensões objetiva e subjetiva, sem um referencial teórico-metodológico claro e sem o trato adequado da esfera técnico-operativa como apoio para o conhecimento e para a intervenção na realidade, a profissão estará fadada ao fracasso e ao senso comum. Neste sentido, são importantíssimas as discussões travadas no âmbito da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), particularmente aquelas relacionadas com a formação profissional. Para tanto, as universidades e os centros universitários precisam considerar a formação dos alunos, dos profissionais já graduados e dos próprios docentes, como algo sério que não pode ser unicamente controlado por interesses financeiros e mercadológicos que, muitas vezes, submetem o ensino, a pesquisa e a extensão a cortes irreparáveis e pedagogicamente injustificáveis. Junta-se a isto a visão equivocada de alguns diretores e professores que acabam considerando este “assalto” à formação profissional como algo natural e inevitável, anulando a possibilidade do sujeito histórico exercer seu papel de construtor da história (ainda que, ao mesmo tempo, limitado por ela própria).

Em segundo lugar, é necessário conhecer a realidade com a qual o profissional trabalha sem subestimá-la ou superestimá-la. É importante conhecer os limites locais não como fim, mas

como ponto de partida para a construção de novas alternativas. Ouvir, dialogar e observar são, sim, requisitos necessários à crítica radical e construtiva e não apenas “ranços” tradicionalmente humanistas centrados no eixo “pessoa-situação”. O mesmo vale para o uso da instrumentalidade que não pode ser confundido como mero tecnicismo positivo-funcional.

É preciso observar, em terceiro lugar, se o circuito da violência também não está sendo produzido e reproduzido no próprio exercício profissional do assistente social. Para tanto, é crucial, entre outras coisas, discutir o tema com a categoria e com os alunos em formação, inserindo na grade curricular do curso (incluindo aqui o estágio curricular) oportunidades, simultâneas de estudo e de vivência profissional na área da violência. Aliás, diga-se de passagem, a violência permeia todo o exercício profissional, ainda que, nem sempre, seja reconhecida e considerada pelo próprio profissional. Muitas vezes passa despercebida como um procedimento costumeiro, burocrático e normal. Este assunto ora é visto como algo exterior, complexo e perigoso, que não deve ser abordado pela profissão, ora é tratado sem o devido cuidado no conjunto da ação profissional. É necessário que a categoria ofereça um trato teórico a este tema, na mesma proporção em que ele é demandado praticamente à profissão. Eis alguns dos principais desafios.

Referências

- ADORNO, Sérgio; CÁRDIA, Nancy. Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio In *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- ARENDT, Hannah. *Da violência*. Tradução de Maria Claudia Drummond, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. (Coleção Pensamento Político, 65)
- BORKENAU, Franz. *Pareto*. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- . *Ideologia e mobilização popular*. 2. ed. Rio de Janeiro: CEDEC/ Paz e Terra, 1985.
- . *O que é ideologia*. 24. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos)
- . Uma ideologia perversa. In: *Folha de São Paulo*. São Paulo: Jornal FSP, 3, 14/03/1999. (Caderno Mais)
- FALEIROS, Vicente de Paula. *Saber profissional e poder institucional*. São Paulo: Cortez, 1985.
- FANON, Frantz. Da violência In: *Os condenados da terra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 23-74.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1995. 2 v.
- FERNANDES, Heloísa. *Política e segurança: força pública de Estado de São Paulo – fundamentos históricos sociais*. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

- . *Vigiar e punir – história da violência nas prisões*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1974.
- GIRARD, René. *Violência e o sagrado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- HOBBSBAWN, E. J. *Bandidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.
- HUGGINS, Martha K. *Polícia e política – relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- . *Relações sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- . *Renovação e conservadorismo no Serviço Social – ensaios críticos*. São Paulo, Cortez/Celats, 1994.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen – marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 2. ed. São Paulo: Busca Vida, 1988.
- MARX, Karl. O método da economia política In: *Marx e Engels – história –*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- MARX, Karl; ENGELS F. *A ideologia alemã*. São Paulo: 6. ed. São Paulo, 1987.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social identidade e alienação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- . *Ditadura e Serviço Social – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.
- . Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, v. 17, n. 50, p. 87-132, 1996.
- NETTO, José Paulo (org.). Teoria da violência. In: *Friedrich Engels*. São Paulo: Ática, 1981, p. 164-188. (Coleção Grandes Cientista Sociais)
- PINHEIRO Paulo Sérgio. Pobreza, violência e direitos humanos. In: *Revista Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, CEBRAP, n. 39, p. 189-208, jul. 1994.
- . *São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana*. São Paulo: Garamong, 1998.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira. In: *Estudo de Sociologia e História*. São Paulo: Anhembi, 1957.
- . *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. (Biblioteca básica de ciências sociais. Série 2. Texto; volume 7)

RODRIGUES, José Albertino (org.). Propriedades dos resíduos e das derivações. In: *Pareto*. São Paulo: Ática, 1984, p. 75-111. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

SILVA, José Fernando Siqueira da. Algumas considerações sobre a questão dos meninos e meninas de rua. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, v. 14, n. 43, p. 125-135, 1993.

———. *As diretrizes curriculares e o projeto de formação profissional no Serviço Social*. Porto Alegre: ABEPSS, 2003, p. , 119-127. (Anais do Seminário Latino-Americano de Serviço Social)

———. Justiceiros: profissionais da morte? In: *Violência e mundo do trabalho*. Brasília: Editora UFG, 2001, p. 205-226.

———. Violência urbana e Serviço Social: possibilidades e limites para a intervenção do assistente social. In: *O Serviço Social e a questão dos direitos de cidadania*. Brasília: ABEPSS, 2000, p. 272-279. (v. 4 dos anais do encontro)

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história militar do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

SPOSATI, Aldaíza. *Vida urbana e gestão da pobreza*. São Paulo: Cortez, 1989.

VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánches. Praxis e violência. In: *Filosofia da praxis*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1993.

ZALUAR, Alba. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

———. Condomínio do diabo: as classes populares urbanas e a lógica do “ferro” e do fumo. In: *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.